

Razões pelo qual o fiscal das UFs vem apresentando bom desempenho

Sobre o PLDO 2023 e seus desdobramentos sobre a ótica da despesa

Confiança da indústria gaúcha estabiliza em abril

Crise nos insumos: impactos para pequenas e médias indústrias

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Assis Brasil, 8787 Fone: (051) 3347.8731

UNIDADE DE ESTUDOS ECONÔMICOS

www.fiergs.org.br/indicadores-e-estudos-economicos

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista desta Federação. É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Razões pelo qual o fiscal das UFs vem apresentando bom desempenho

As contas públicas regionais têm sido a protagonista do desempenho primário do Setor Público Consolidado, que vem apresentando sucessivos superávits desde nov/2021, no acumulado em 12 meses. Só em jan/2022, essa rubrica registrou resultado positivo igual a R\$ 108,2 bi (1,2% do PIB), sendo que desse número, R\$ 83,4 bi (0,9% do PIB) foram de responsabilidade dos governos estaduais. Destacaremos alguns motivos pelos quais o fiscal dos governos subnacionais vem impressionando.

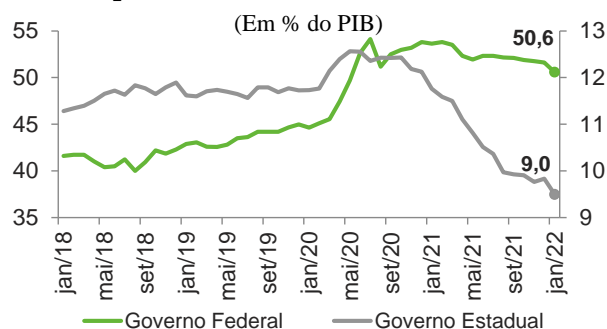
A primeira razão diz respeito ao gerenciamento financeiro da União com os gastos com a Covid, que dispendeu, entre mar/2020 a fev/2022, um montante total de R\$ 649,4 bi. O Governo Federal sentiu a necessidade de elevar as emissões de títulos da dívida mobiliária, o qual trouxe aumento de sua Dívida Líquida – saiu de 45,0% do PIB em 2019, para alcançar 51,6% do PIB em 2021. Por outro lado, nesse período, os governos subnacionais experimentaram queda do seu nível de endividamento (-1,9 p.p do PIB entre 2019 e 2021), muito pelo recebimento de R\$ 78,2 bi do apoio financeiro cedido pela União, do qual excluiu a necessidade de as UFs realizarem grande esforço financeiro frente as demandas da pandemia.

Um segundo motivo foi o congelamento de vantagens, reajustes e contratação de servidores públicos até dez/2021, do qual reduziu em 3,5% em termos reais as despesas com pessoal nas UFs no biênio 2020/21 (despesas essas que representam, em média,

60% das despesas totais dos Estados). Houve também a suspensão do pagamento do serviço da dívida dos entes subnacionais com a União durante 2020. Por fim, vale destacar o papel crucial dos tributos, com destaque a forte arrecadação de ICMS entre os Estados, que só em 2021 aumentou em 14,3% em termos reais em relação a 2020. Esse aumento está relacionado ao avanço da inflação, principalmente em bens com baixa elasticidade-preço (como a energia, combustíveis e alimentos).

Os fatores aqui expostos contribuíram para que os Estados atravessassem o período pandêmico com uma situação de caixa muito favorável, o que reverberou nos bons números vistos em 2021. O controle da inflação deve revelar as fragilidades das contas na medida em que o menor crescimento e avanço dos preços reduzirá o crescimento real das receitas enquanto as despesas tendem a voltar a crescer.

Dívida Líquida dos Governos Federal e Estaduais



Fonte: Banco Central.

Sobre o PLDO 2023 e seus desdobramentos sobre a ótica da despesa

Hoje foi apresentado pelo Governo Federal, o Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para o ano de 2023. Como meta de resultado primário ficou estabelecido um déficit de R\$ 65,9 bi (-0,6% do PIB) e estimado novo déficit de R\$ 27,9 bi (-0,2% do PIB) em 2024 e superávit de R\$ 33,7 bi (+0,3% do PIB) em 2025. Se as previsões se confirmarem, o superávit de 2025 será o primeiro desde 2013 que, naquela ocasião, foi de ordem de R\$ 72,2 bi.

Na PLDO os números foram pormenorizados porém, chama atenção a pressão para o crescimento das despesas com pessoal e o espaço cada vez mais exíguo para as despesas discricionárias.

O valor das obrigatórias, deverá ser 8% maior do que o orçado para 2022: R\$ 1,6 trilhão para R\$ 1,8 trilhão em 2023. Além disso, o Governo Federal estima que as despesas discricionárias ficarão cada vez mais pressionadas ao longo dos próximos 3 anos, uma vez que, a participação das despesas obrigatórias nas totais deverá chegar a 96% em 2025.

Sobre as despesas discricionárias é estimado que elas alcancem R\$ 76,7 bi em 2025 (menor valor desde 2009), o que desenha um cenário desafiador mesmo quando consideramos as emendas impositivas que serão incluídas posteriormente nessa conta (em torno de R\$ 20

bi). Essa situação poderá se tornar ainda mais crítica, caso haja maiores avanços nos valores das emendas de relator e de comissão (emendas que não impositivas), que são parte das despesas discricionárias, porém aplicadas em áreas de ganhos eleitorais e não em investimentos em setores estratégicos. Se a mesma tendência seguir, há possibilidade de inviabilização de alguns serviços públicos no horizonte relevante.

Vale ainda destacar as despesas com pessoal estipulado em R\$ 356,4 bi em 2023 e projetado para os próximos anos um total de R\$ 365,5 bi (3,3% do PIB) em 2024 e R\$ 372,5 bi (3,1% do PIB) em 2025. Vale destacar que o Governo Federal colocou como meta e prioridade para o próximo ano, o reajuste e reestruturação de cargos e carreiras e, para esse fim, reservou na PLDO R\$ 11,7 bi da conta de pessoal. Porém, esse valor poderá ser ainda maior a depender da porcentagem de reajuste dos servidores públicos. Caso a atual proposta na mesa (5% para o Executivo) seja promulgada, o custo para os cofres públicos deverá chegar a R\$ 12,6 bi e, se estendida para todos os outros poderes e órgãos, o desembolso chegará a R\$ 17,4 bi. Nesse sentido, se mantida o valor da despesa com pessoal proposta na PLDO, essa poderá sofrer aumento de, no mínimo, R\$ 900 milhões.

Confiança da indústria gaúcha estabiliza em abril

Após cair em fevereiro e março de 2022, o Índice de Confiança do Empresário Industrial gaúcho (ICEI/RS) ficou estável nos 55,8 pontos em abril. O índice varia de zero a 100 e a marca dos 50 separa a presença da falta de confiança. A indústria gaúcha, portanto, segue confiante.

O ICEI/RS é composto pelos Índices de Condições Atuais e de Expectativas. O primeiro caiu 0,7 ponto, de 50,6 em março para 49,9 pontos em abril. Praticamente na linha dos 50 pontos, revela que a indústria tem uma avaliação neutra, não percebe piora nem melhora. O Índice de Condições Atuais da Economia Brasileira caiu de 49,3 para 48,0 pontos no período, revelando que os empresários constatarem uma deterioração da economia brasileira. O percentual de empresários que percebem piora na economia brasileira subiu de 25,9% em março para 31,9% em abril. O Índice de Condições Atuais das Empresas também recuou na passagem de março (51,2 pontos) para abril (50,9 pontos), mas manteve-se na faixa que indica melhora (acima de 50).

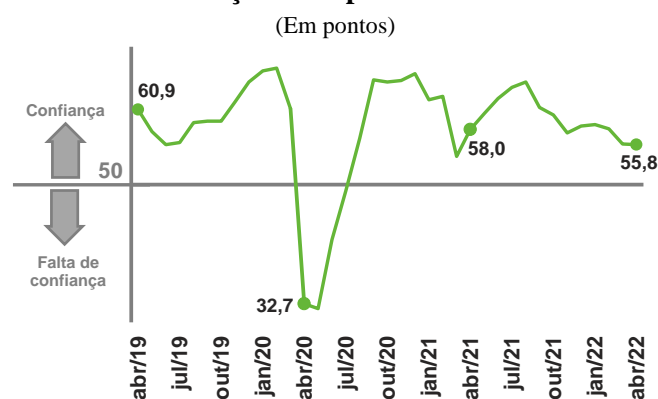
A confiança da indústria gaúcha em abril segue sustentada pelas expectativas para os próximos seis meses. O Índice de Expectativas cresceu 0,2 ponto, de 58,6 em março para 58,8 em abril. Acima de 50, o resultado indica otimismo, puxado pelo avanço do Índice de Expectativas da Economia Brasileira para 54,5 pontos em abril (0,6 acima de março) que, por sua vez, reflete o percentual duas vezes maior de empresários otimistas em relação ao de pessimistas em

abril: 35,2% e 16,7%, respectivamente. Já o otimismo com relação ao futuro da própria empresa não se alterou no início do segundo trimestre: o Índice de Expectativas das Empresas permaneceu nos 60,9 pontos.

Os resultados mostram que os industriais gaúchos seguem confiantes, mas já percebem deterioração no ambiente econômico nacional, com os juros e a inflação maiores diante de uma demanda doméstica mais fraca. Os custos de produção aumentaram, assim como os gargalos nas cadeias de suprimentos e as dificuldades de logística por conta do conflito da Ucrânia.

As expectativas do setor seguem moderadamente otimistas e projetam uma desaceleração no ritmo da atividade industrial gaúcha em 2022. Compõem o lado positivo do cenário, o final da pandemia e da crise hídrica e a demanda externa aquecida.

Índice de Confiança do Empresário Industrial do RS



Fonte: FIERGS.

Crise nos insumos: impactos para pequenas e médias indústrias

Os problemas nas cadeias de fornecimento de insumos e matérias-primas persistem desde o início da pandemia. A perspectiva era de que haveria progresso no sentido da normalização ao longo de 2022, cenário em que a guerra entre Rússia e Ucrânia jogou um balde de água fria. Nesse contexto, todas as indústrias são afetadas, mas os reflexos parecem ser sentidos de forma diferenciada a depender do porte da empresa.

No Rio Grande do Sul, a Sondagem Industrial/FIERGS pesquisa todos os trimestres a evolução do preço médio das matérias-primas. Com as respostas coletadas é montado um indicador que varia de zero a 100 pontos, sendo que valores acima de 50 indicam aumento em relação ao trimestre anterior.

No primeiro trimestre de 2021, o indicador para pequenas e médias indústrias foi de 75,4 pontos e 73,6 pontos, respectivamente, patamares superiores ao verificado para indústrias de grande porte, de 70,9 pontos. Em termos percentuais, a parcela de indústrias que relataram aumento nos preços de matérias-primas foi de 81,7% no caso das pequenas, 78,9% entre as médias, e 71,9% nas grandes. Esses resultados mostram que a pressão de custos aumentou de forma mais disseminada entre empresas de menor porte. Além disso, nos três casos houve reversão de uma tendência

de melhora paulatina iniciada no segundo trimestre de 2021 – os preços não estavam caindo nas passagens trimestrais, mas subindo cada vez menos.

A diferença de impacto da desorganização do mercado de insumos, a depender do porte da empresa, também aparece no relato dos principais problemas enfrentados no trimestre. A falta ou alto custo de insumos e matérias-primas foi apontada por 64,8% das indústrias de médio porte no primeiro trimestre de 2021, um percentual superior ao de indústrias de grande porte (62,9%) e de pequeno porte (51,7%). Cabe ressaltar que em todos os casos o problema continua sendo o mais votado no trimestre.

Portanto, o problema no mercado de insumos se mostra ainda grave para todas as indústrias gaúchas, mas a concorrência com as grandes empresas faz as indústrias de médio porte serem relativamente mais impactadas. As pequenas, em alguns casos, conseguem buscar e se organizar com fornecedores locais, pois demandam menores quantidades. Porém, as médias, que dependem de entregas em maior escala, precisam competir com as grandes por uma quantidade limitada e acabam ficando fragilizadas em um contexto de pouca disponibilidade de insumos para a produção.

DADOS E PROJEÇÕES PARA A ECONOMIA BRASILEIRA

Últimas previsões atualizadas.

	2018	2019	2020	2021	2022*
Produto Interno Bruto Real (% a.a.)¹					
Agropecuária	1,3	0,4	3,8	-0,2	2,2
Indústria	0,7	-0,7	-3,4	4,5	0,4
Serviços	2,1	1,5	-4,3	4,7	0,6
Total	1,8	1,2	-3,9	4,6	0,6
Produto Interno Bruto Real (Em trilhões correntes)					
Em R\$	7,004	7,389	7,468	8,679	9,347
Em US\$ ²	1,916	1,873	1,448	1,609	1,782
Inflação (% a.a.)					
IGP-M	7,6	7,3	23,1	17,8	12,3
INPC	3,4	4,5	5,4	10,2	7,0
IPCA	3,7	4,3	4,5	10,1	7,1
Produção Física Industrial (% a.a.)					
Extrativa Mineral	0,0	-9,7	-3,4	1,1	1,2
Transformação	1,1	0,2	-4,6	4,3	1,9
Indústria Total³	1,0	-1,1	-4,5	3,9	1,5
Empregos Gerados – Mercado Formal (Mil vínculos)					
Agropecuária	2,2	13,0	36,6	140,9	25,6
Indústria	23,9	97,2	148,9	719,9	157,8
Indústria de Transformação	1,2	13,2	47,8	439,0	109,7
Construção	11,4	70,7	97,7	244,8	37,3
Extrativa e SIUP ⁴	11,2	13,3	3,5	36,2	10,8
Serviços	520,2	533,8	-377,0	1.869,8	430,4
Total	546,4	644,1	-191,5	2.730,6	613,8
Taxa de desemprego (%)					
Fim do ano	11,7	11,1	14,2	11,1	10,5
Média do ano	12,4	12,0	13,8	13,2	11,4
Setor Externo (US\$ bilhões)					
Exportações	231,9	221,1	209,2	280,4	295,9
Importações	185,3	185,9	158,8	219,4	226,4
Balança Comercial	46,6	35,2	50,4	61,0	69,5
Moeda e Juros					
Meta da taxa Selic – Fim do ano (% a.a.)	6,50	4,50	2,00	9,25	13,25
Taxa de Câmbio – Desvalorização (%) ⁵	17,1	4,0	28,9	7,4	-0,5
Taxa de Câmbio – Final do período (R\$/US\$)	3,87	4,03	5,20	5,58	5,55
Setor Público (% do PIB)					
Resultado Primário	-1,6	-0,8	-9,4	0,8	-1,0
Juros Nominais	-5,4	-5,0	-4,2	-5,2	-6,5
Resultado Nominal	-7,0	-5,8	-13,6	-4,4	-7,5
Dívida Líquida do Setor Público	52,8	54,7	62,5	57,3	62,3
Dívida Bruta do Governo Geral	75,3	74,4	88,6	80,3	83,1

Fontes: IBGE, BCB, FGV, ME, MTP, STN. * Projeções da Unidade de Estudos Econômicos – FIERGS. ¹ O PIB Total é projetado a preços de mercado; os PIBs Setoriais são projetados a valor adicionado. ² Taxa de câmbio média anual utilizada para o cálculo e IPCA utilizado como inflação. ³ Não considera a Construção Civil e o SIUP. ⁴ SIUP = Serviços Industriais de Utilidade Pública. ⁵ Variação em relação ao final do período anterior.

Informações sobre as atualizações das projeções:

Não houve alterações.

DADOS E PROJEÇÕES PARA A ECONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL

Últimas previsões atualizadas.

	2018	2019	2020	2021	2022*
Produto Interno Bruto Real (% a.a.)¹					
Agropecuária	-7,1	3,0	-29,5	67,5	-40,0
Indústria	2,8	0,2	-5,6	9,7	-1,4
Serviços	2,6	0,8	-4,6	4,1	0,5
Total	2,0	1,1	-6,8	10,4	-4,0
Produto Interno Bruto Real (Em bilhões correntes)					
Em R\$	457,294	482,464	480,173	582,968	599,384
Em US\$ ^z	125,108	122,282	93,107	108,059	114,249
Empregos Gerados – Mercado Formal (Mil vínculos)					
Agropecuária	-1,4	-0,1	0,5	3,4	0,9
Indústria	1,5	-5,5	-0,2	47,5	9,2
Indústria de Transformação	0,9	-1,5	0,1	42,9	7,4
Construção	0,9	-4,0	-0,2	5,2	1,4
Extrativa e SIUP ³	-0,2	0,0	0,0	-0,7	0,4
Serviços	20,4	26,0	-42,9	89,4	19,0
Total	20,5	20,4	-42,5	140,3	29,2
Taxa de desemprego (%)					
Fim do ano	7,5	7,3	8,6	8,1	7,6
Média do ano	8,2	8,1	9,3	8,7	8,1
Setor Externo (US\$ bilhões)					
Exportações	21,0	17,3	14,1	21,1	22,4
Industriais	15,1	12,5	10,5	14,1	15,1
Importações	11,3	10,3	7,6	11,7	12,8
Balança Comercial	9,8	6,9	6,5	9,4	9,6
Arrecadação de ICMS (R\$ bilhões)					
	34,8	35,7	36,2	45,7	49,5
Indicadores Industriais (% a.a.)					
Faturamento real	2,7	3,0	-3,1	8,7	1,6
Compras industriais	10,0	-2,7	-5,5	31,0	4,2
Utilização da capacidade instalada (em p.p.)	1,6	0,7	-4,6	5,7	0,3
Massa salarial real	-1,3	-0,8	-9,3	4,6	0,4
Emprego	0,9	0,0	-1,9	6,7	1,4
Horas trabalhadas na produção	0,0	-1,0	-5,7	15,1	3,3
Índice de Desempenho Industrial – IDI/RS	2,6	0,1	-4,8	12,8	1,7
Produção Física Industrial⁴ (% a.a.)					
	5,9	2,5	-5,5	8,8	1,0

Fontes: DEE/Seplag-RS, IBGE, BCB, ME, MTP, SEFAZ-RS, UEE/FIERGS. * Projeções da Unidade de Estudos Econômicos – FIERGS. ¹ O PIB Total é projetado a preços de mercado; os PIBs Setoriais são projetados a valor adicionado. ² Taxa de câmbio média anual utilizada para o cálculo e IPCA utilizado como inflação. ³ SIUP = Serviços Industriais de Utilidade Pública. ⁴ Não considera a Construção Civil e o SIUP.

Informações sobre as atualizações das projeções:

Não houve alterações.